

MASCARENHAS BARBOSA ROSCOE S/A CONSTRUÇÕES

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Ativo: Circulante, Não Circulante, Total do Ativo

Passivo e Patrimônio Líquido: Circulante, Não Circulante, Total do Passivo Circulante, Total do Patrimônio Líquido, Total do Passivo e Patrimônio Líquido

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Table showing changes in equity components: Capital social, Ações em tesouraria, Reserva de capital, Reservas de lucros, Resultado do exercício, Total

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MASCARENHAS BARBOSA ROSCOE S/A CONSTRUÇÕES ("Companhia"), sediada em Belo Horizonte, Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital fechado, tem como objetivo operar e executar obras de engenharia civil, de urbanismo, de terraplenagem, pavimentação, hidráulica e elétrica, fabricar e vender concreto somente em obras e locais de terceiros, explorar o ramo de incorporação imobiliária, adquirir, alienar, locar e vender máquinas e equipamentos. A emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi aprovada pela Administração em 22 de abril de 2026.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Declaração de conformidade: As Demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e observância às disposições contábeis na Lei das Sociedades por Ações. Também, foram observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TPs) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em consonância com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

3. MODA FUNCIONAL E MODA DE APRESENTAÇÃO

Essas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JUZGAMENTOS

A preparação das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as normas contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de contagem.

5. PRINCIPAIS PERMISSAS RELATIVAS A FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS FINANCEIRAS, ENVOLVENDO RISCO DE CAUSAR UM AJUSTE SIGNIFICATIVO NO VALOR CONTÁBIL DE ATIVOS E PASSIVOS NO PRÓXIMO EXERCÍCIO FINANCEIRO S/O

- Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa - Nota 3.c
- Vida útil dos ativos - Nota 3.g
- Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) - Nota 3.i
- Provisões e contingências - Nota 3.m
- Reconhecimento de receita - Nota 3.o

6. RESULTADO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas são como seguem:

a) Base de Consolidação - As Demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, que incluem as demonstrações contábeis da Companhia mencionada na Nota Explicativa n.º 8, foram elaboradas em conformidade com as práticas de contabilidade e dispositivos legais aplicáveis. Assim sendo, os principais procedimentos de consolidação são: Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas e eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados da Companhia consolidada. As políticas contábeis de controladoras e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pelo grupo.

b) Caixa e equivalentes de caixa - São representados por disponibilidades em moeda nacional, referentes a caixa, bancos e aplicações financeiras em títulos de renda fixa com disponibilidade imediata. As aplicações financeiras apresentam risco irrelevante de variação com o valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos exercícios. São utilizados pela Companhia no gerenciamento de seu custo e prazo.

c) Contas a receber de clientes - As contas a receber de clientes são registradas pelos valores relacionados com as medições de serviços a faturar e valores efetivamente faturados. A Companhia não registra o ajuste a valor presente sobre as contas a receber de clientes em virtude de não ter efeito relevante nas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas. Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa: A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na análise do valor recuperável dos créditos em execução considerando o histórico de perda, a análise individual de cada cliente, a situação do grupo econômico que o cliente representa, as garantias reais e a avaliação de consultores jurídicos, sendo a perda estimada para crédito de liquidação duvidosa constituída quando o risco de não recebimento é classificado como provável ou possível.

d) Demais ativos circulantes - São apresentados ao valor de custo ou recuperável, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Além disso, quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas ao valor presente, bem como o custo de aquisição de ativos, incluindo o custo de reconhecimento inicial. Depreciações são consideradas suficiente pela Administração, para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. O cálculo do ajuste a valor presente, quando aplicável, é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflète o prazo, a moda e o risco de cada transação.

e) Depósitos judiciais - Os depósitos em juízo, que representam ativos restritos da Companhia, são relacionados a quantias depositadas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas. Estes depósitos são mensurados pelo custo amortizado.

f) Investimentos - Participação Societária: Os investimentos da Companhia em controlada, coligada ou em empreendimento controlado em conjunto são avaliados por equivalência patrimonial. O investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado ao valor de mercado no balanço consolidado. A participação do investidor nos lucros ou prejuízos do período, gerados pela investida após a aquisição. A participação societária é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuído aos acionistas, de acordo com a NBC TG 18 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 18 - Investimento em Participação Societária) e o Pronunciamento Técnico CPC 28 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 28 - Propriedade para Investimentos). A Companhia divulga o valor justo das propriedades para investimento em nota explicativa, conforme exigência do item 32 do CPC 28. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a administração utilizou o Valor Venal definido pelo IPTU (lançado pela municipalidade) como proxy para o valor de mercado (valor justo). A administração entende que o valor venal do IPTU reflete de forma fidedigna o valor justo do ativo na data de balanço.

g) Imobilizado - O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, reduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base no tempo de vida estimado dos bens, às taxas mencionadas na nota 11 e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável. Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro é esperado do seu uso ou venda. Os ganhos e as perdas resultantes da baixa do imobilizado (diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos contabilmente na conta de "outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" nas demonstrações dos resultados.

h) Intangível - Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Companhia que geram benefícios econômicos futuros. São mensurados ao custo no momento de reconhecimento inicial. Depreciações de reconhecimento inicial, são apresentadas ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. Os direitos contratuais relacionados com contratos de comercialização, licenças de instalação, licenças de uso de software são demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o período em que são utilizados, reconhecidos como despesa nas demonstrações de resultados na medida em que são incorridos.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) - A Companhia avalia anualmente o valor contábil de seus principais ativos, com objetivo de verificar a existência de possíveis indícios, que possam levar a perda do valor recuperável de seus ativos não financeiros, em especial indícios de deterioração, intangível e investimentos. Na avaliação considera eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam colocar em risco a continuidade de suas operações ou que possam gerar deterioração ou perda de seu valor recuperável, de acordo com a NBC TG 01 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos). Havendo tais indicações, se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída estimativa de perda para desvalorização, ajustada ao valor recuperável. Não foram identificados indicadores de "impairment" para o período findo em 31 de dezembro de 2025.

j) Arrendamentos mercantis operacionais - A IFRS 16 - NBC TG 06 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos), introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendamentos. A IFRS 16 substituiu o modelo de reconhecimento de arrendamentos sob o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPIC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Os arrendamentos de longo prazo e os arrendamentos de curto prazo são avaliados em seu balanço e sendo o passivo de arrendamento reconhecido pelo valor presente dos seus pagamentos à taxa de desconto e o ativo de Direito de Uso em montante equivalente. As incêndias estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

k) Benefícios a empregados - Os benefícios concedidos a empregados incluem além da remuneração fixa, férias, 13º salário, remunerações variáveis e outros benefícios. Os benefícios são mensurados ao custo de reconhecimento inicial, administrada por seguradora. Um plano de contribuição definida é um plano de benefício pós-emprego sob o qual a Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de Previdência) sem obrigação legal de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições ao plano são reconhecidas como despesas nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados sob a mesma entidade.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social - A Companhia calcula o Imposto de Renda e Contribuição Social com base na legislação vigente considerando adições e exclusões legais previstas. O Imposto de Renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e acrescida do adicional de 10%. A Contribuição Social foi calculada à alíquota de 9% do lucro antes do imposto de renda, ajustada para créditos de liquidação. Os serviços prestados são demonstrados nas demonstrações de resultados pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida dos serviços). O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores para fins fiscais. Os ativos e passivos fiscais diferenciam-se compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a Impostos de Renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável.

m) Provisões - A provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação, conforme NBC TG 25 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes). A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, sendo que provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos, internos e externos, da Companhia. As provisões são atualizadas periodicamente.

n) Demais passivos circulantes e não circulantes - São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, em base "pro-rata" dia. Os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

o) Reconhecimento de receita - A Companhia reconhece suas receitas de prestação de serviços ao longo do tempo, com base na medição do progresso da execução dos serviços contratados sob a mesma entidade tributável. Os custos incorridos em base em medições físicas e/ou controle de progresso dos serviços prestados até a data do balanço, refletindo de forma fidedigna a transferência de controle ao cliente. A receita é reconhecida na medida em que os serviços são executados, desde que seja provável a obtenção dos benefícios econômicos e que os custos o projeto possam ser mensurados de forma confiável. Os custos incorridos são reconhecidos no resultado em conformidade com o estágio de execução da obra. Eventuais variações contratuais, aditivos ou reversões de escopo são reconhecidos quando aprovados pela parte e mensuráveis com confiabilidade.

p) NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

4.1. Pronunciamentos técnicos aprovados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 2025

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

A IAS 21/CPC 02 (R2), antes das alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática. Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocar-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a entidade só puder obtê-la por outra moeda com valor meramente simbólico ou irrelevante.

As alterações incluem principalmente o seguinte:

- Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é;
- Requisitos para estimar a taxa de câmbio a vista quando uma moeda não é conversível em outra;
- Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio a vista porque uma moeda não é conversível em outra;
- Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio a vista quando uma moeda não é conversível;

No último dia 9 de abril, a MBR completou 92 anos de engenharia e atividades ininterruptas. Mais um ano importante que se inicia; com o foco no Projeto #MBR100anos. No contexto mundial, continuamos na expectativa do fim dos conflitos entre nações. No contexto Brasil, os investimentos industriais na área de atuação da Companhia ficaram abaixo da expectativa. O PIB (Produto Interno Bruto) fechou em 2,3%. Ainda com desafios importantes a superar, como os aspectos políticos, os aspectos fiscais e a inflação, o País caminha na busca de melhores vetores. Permanecemos confiantes em um Brasil sempre melhor. Seguindo suas diretrizes empresariais e seus princípios e valores (o respeito, o foco nos relacionamentos, a simplicidade, a melhoria contínua, a sustentabilidade e o comprometimento), a MBR mantém seu otimismo e concentra seus esforços na preservação da saúde e segurança de seus colaboradores, nas práticas ambientais, nas

práticas sociais, nas práticas de governança, no aprimoramento da engenharia, na gestão dos custos, na inovação de seus processos construtivos e na gestão eficiente e sustentável junto aos clientes. A Companhia permanece preparada para executar contratos expressivos com tempo performado ao longo de sua história. O excelente quadro técnico e o nível adequado de reservas financeiras foram mantidos, e, como consequência, a permanência de sua capacidade técnica e operacional para o atendimento aos novos desafios. AGRADECIMENTOS A Diretoria e o Conselho de Administração, agradecemos a todos os colaboradores, clientes, parceiros, fornecedores, acionistas e à sociedade que nos cerca, que contribuem e àqueles que continuarão contribuindo para o contínuo desenvolvimento da Companhia. Belo Horizonte, 23 de abril de 2026.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Table showing income statement components: Receita Líquida dos Serviços, Custos dos Serviços Prestados, Lucro Bruto, Receitas (Despesas) Operacionais, Resultado Financeiro, Resultado Financeiro, Despesas Financeiras, Lucro Operacional, Lucro antes do imposto de renda e contribuição social, Imposto de renda e contribuição social correntes, Lucro líquido do exercício.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Table showing comprehensive income statement components: Lucro líquido do exercício, Outros resultados abrangentes, Resultado abrangente total do exercício.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Table showing cash flow components: Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Exemplos Ilustrativos e 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada.

A Companhia adotou as alterações à IAS 21/CPC 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluiu que tais alterações não acarretam impactos para a Entidade, por três razões principais:

- A Entidade não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes;
- A Entidade não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; e
- Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma.

Diante disso, concluímos que as revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Entidade, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou em nossos procedimentos internos.

Exemplos Ilustrativos para divulgação nas Demonstrações Contábeis sobre incertezas relacionadas ao clima

Desde novembro de 2025, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) publicou exemplos ilustrativos de divulgação sobre incertezas relacionadas ao clima. Como esses exemplos ilustrativos acompanham materiais para as Normas Contábeis IFRS, esses exemplos não têm data de vigência. No entanto, espera-se que as entidades as implementem em tempo hábil.

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRS S1 - Requisitos gerais para divulgação de dados financeiros relacionados ao clima e sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações relacionadas ao clima, obrigatórias para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com isso os exemplos ilustrativos trazidos pelo IASB não impactaram estas Demonstrações Contábeis.

4.2. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/ CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e os critérios para fazer referência à eletrificação dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/ CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes cruzam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 1 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração de resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho defasadas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

5. IMPACTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Em relação às alterações da IFRS 19, a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

At 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o saldo era composto por:

Table showing cash and equivalents components: Controladora, Consolidado, 2025, 2024

Caixa e Bancos, Aplicações financeiras, Total

As aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em investimentos de baixo risco, em instituições financeiras sólidas, classificadas pelas agências de risco como primeira linha, com liquidez imediata e remuneradas pela taxa média de 101% a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2025 (105% em 2024), que são prontamente convertíveis a um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

At 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o saldo era composto por:

Table showing receivables components: Controladora, Consolidado, 2025, 2024

Clientes, Clientes a faturar, Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa, Total

A composição do saldo de clientes faturados, por vencimento, encontra-se detalhado abaixo:

Table showing receivables by maturity: Controladora, Consolidado, 2025, 2024

Vencidos até 30 dias, Vencidos a mais de 90 dias, Vencidos a mais de 180 dias, Total

As contas a receber de clientes são registradas pelos valores relacionados com as medições de serviços a faturar e valores efetivamente faturados. A Administração realizou análise dos riscos de realização dos créditos vencidos, considerando o histórico de inadimplências dos clientes e as negociações comerciais implementadas para recebimento dos títulos, e constituiu provisão para perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa em montante suficiente para suprir eventuais perdas na realização dos créditos.

8. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o saldo era composto por:

Table showing prepayments components: Controladora, Consolidado, 2025, 2024

Curto Prazo, Longo Prazo, Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa, Total

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o saldo era composto por:

Table showing prepayments by maturity: Controladora, Consolidado, 2025, 2024

INSS sobre verbas indenizatórias (a), INSS on a company, Pis/COFINS Arrend.Mercantil, Outros Impostos a recuperar, Total

a) Valor referente a recuperação de créditos previdenciários sobre verbas indenizatórias apurados entre os exercícios de 2009 a 2011.

10. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o saldo era composto por:

Table showing investments components: Controladora, Consolidado, 2025, 2024

Propriedade para investimento (b), Outros investimentos controlados (c), Mais valia na aquisição de investimentos (d), Ágio na aquisição de investimentos (e), Total

b) Propriedade para investimento

A propriedade para investimento refere-se a imóvel controlado pela Sociedade com o objetivo de auferir rendimentos com locação. Dessa forma, está classificado como propriedade para investimento e mantido para valorização de capital, sendo que o mesmo está mensurado pelo custo histórico. O valor de mercado (valor justo) é de R\$ 12.431.121,59, definido pelo Valor Venal do IPTU (lançado pela municipalidade) como proxy para o valor de mercado (valor justo). A administração entende que o valor venal do IPTU reflete de forma fidedigna o valor justo do ativo na data de balanço.

c) Informações dos investimentos em controladas

Table showing investments in subsidiaries: Controladora, Consolidado, 2025, 2024

Participação, Patrimônio Líquido, Resultado do exercício

A movimentação dos investimentos é a seguinte:

Table showing investment movements: Controladora, Consolidado, 2025, 2024

d) Mais valia em investimento adquirido

Esta mais valia foi constituída sobre ativos existentes em investimento adquirido em 14 de junho de 2019 e está sujeito a amortização de acordo com sua vida útil definida em laudo. Em 2025 foi amortizado a quantia de R\$ 549.

e) Ágio na aquisição de investimento

11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O ágio na aquisição de investimento, ocorrido em 14 de junho de 2019, foi constituído com base na expectativa de renovação de vida. Não está sujeito à amortização, mas está sujeito a teste de impairment anual. A Companhia avalia a recuperabilidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), e não identificou indicadores de "impairment" para o período findo em 31 de dezembro de 2025. A avaliação da recuperabilidade foi suportada pelo histórico consistente de crescimento das receitas, do EBITDA e do resultado líquido apurado nos últimos exercícios, bem como pelas expectativas futuras de continuidade e crescimento das operações. Tais fatores refletem a capacidade de gerar resultados suficientes para suportar o valor contábil do goodwill registrado.

12. ARRENDAMENTO MERCANTIL

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo, acrescido das adições e deduzidos pelas baixas. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o saldo era composto por:

Table showing lease assets components: Controladora, Consolidado, 2025, 2024

Máquinas e Equipamentos, Instalações Industriais, Móveis e utensílios, Veículos, Equipamentos de Informática, Sistema de Energia Fotovoltaica, Imóveis, TOTAL, Depreciação acumulada

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

13. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o saldo era composto por:

Table showing payables components: Controladora, Consolidado, 2025, 2024

Fornecedores (a), Provisão para desmobilização, PIS/COFINS s/ faturamento, INSS s/ faturamento, Impostos e contribuições retidos na fonte, Provisão p/ férias e encargos, Partic. nos Resultados e Gratificações, Outros, Total

a) Valores devidos aos fornecedores pelo fornecimento de materiais e/ou prestação de serviços.

b) A provisão para subempreiteiros é realizada pela Companhia a cada fechamento, a partir de serviços que foram prestados pelos fornecedores e já finalizados, porém ainda não faturados, com base na execução dos contratos vigentes, a serem liquidados quando do término das respectivas obras que se encontram em andamento, conforme disposições contratuais.

c) Valores devidos a Plano de Previdência complementar em benefício de todos os seus empregados, instituídos, a partir do contrato firmado com o Bradesco Vida e Previdência, de contribuição definida nas modalidades PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre). No exercício de 2025 foi desembolsado um montante de R\$ 756 pago pelos empregados.

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS, SOCIAIS E SALÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o saldo era composto por:

Table showing tax liabilities components: Controladora, Consolidado, 2025, 2024

Obrigações trabalhistas e sociais, Provisão para desmobilização, PIS/COFINS s/ faturamento, INSS s/ faturamento, Impostos e contribuições retidos na fonte, Provisão p/ férias e encargos, Part


**MASCARENHAS BARBOSA ROSCOE S/A
CONSTRUÇÕES**
CNPJ 17.193.590/0001-19

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as provisões para o imposto de renda e contribuição social foram calculados como segue:

	2025		2024	
	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
Imposto de Renda	27.711	27.711	53.842	53.842
Contribuição Social	27.711	27.711	53.842	53.842
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	428	428	780	780
Adições / (exclusões)	428	428	780	780
Provisão (reversão) para contingências	(2.204)	(2.204)	(576)	(576)
Provisão (reversão) para desmobilização	(2.595)	(2.595)	(8.040)	(8.040)
Provisão (reversão) Subempreiteiros	(1.993)	(1.993)	(1.474)	(1.474)
Realização Lucro Diferido	-	-	475	475
Equivalência patrimonial	(5.953)	(5.953)	(6.239)	(6.239)
Despesas não dedutíveis	1.218	453	3.063	563
Depreciação	(480)	(480)	(1.168)	(1.168)
Amortização Mais Valia	549	549	963	963
Arrendamento Mercantil	(136)	(136)	(65)	(65)
Outras exclusões	(5.618)	(5.618)	(31)	(31)
Total das adições / (exclusões)	(16.783)	(17.548)	(12.312)	(14.812)
Base de cálculo	10.928	10.163	41.530	39.030
Alíquotas	15%	9%	15%	9%
Imposto de renda / contribuição social	1.639	915	6.230	3.513
Adicional do imposto de renda - 10%	1.069	-	4.129	-
Doações, incentivos e Pat	(229)	-	(741)	-
Imposto devido no exercício Controladora - resultado (a)	2.478	915	9.618	3.513
Imposto de renda / contribuição social exercício anterior - resultado	-	-	-	-
Imposto de renda / contribuição social (resultado) controladora	2.478	915	9.499	3.469
Imposto de renda / contribuição social (resultado) controlada	606	242	625	257
Imposto de renda / contribuição social (resultado) consolidado	3.084	1.157	10.124	3.721
Imposto devido no exercício Controladora (a)	2.478	915	9.618	3.513
Recuperações e compensações	-	-	(6.413)	(2.856)
Saldo a recolher (passivo) controladora	-(2.478)	-(914)	-(3.205)	-(626)
Saldo a recolher no exercício Controlada	-	-	-	-
Saldo a recolher (passivo) consolidado	-(2.478)	-(914)	-(3.205)	-(626)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados à alíquota de 34%, decorrente das diferenças temporárias entre o lucro tributável e o lucro contábil:

	2025		2024	
	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
Imposto de Renda	27.711	27.711	53.842	53.842
Contribuição Social	27.711	27.711	53.842	53.842
Diferenças temporárias:	-	-	-	-
Provisão para perda de liquidação duvidosa	-	-	245	245
Provisão (reversão) para contingências	3.937	3.937	3.937	3.937
Provisão para desmobilização	7.872	7.872	7.872	10.076
Provisão Subempreiteiros	-	-	-	2.595
Arrendamento Mercantil	-	-	-	135
Outras adições temporárias	37	37	37	515
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
IRPJ/CSLL diferidos - ativo	2.961	1.066	3.023	1.088
Saldo de IRPJ/CSLL diferidos anterior	4.706	1.694	4.793	1.725
IRPJ/CSLL diferidos (ativo) do ano corrente (b)	(1.745)	(628)	(1.770)	(637)

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados à alíquota de 34%, decorrente das diferenças temporárias entre o lucro tributável e o lucro contábil:

	2025		2024	
	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
Imposto de Renda	27.711	27.711	53.842	53.842
Contribuição Social	27.711	27.711	53.842	53.842
Diferenças temporárias:	-	-	-	-
Recita empresas públicas	-	-	-	-
Resultado empresas públicas	-	-	-	-
% de Resultado em relação à receita	-	-	-	-
Recita não recebida até período	-	-	-	-
Depreciação	-	-	-	-
Arrendamento Mercantil	-	-	28.215	28.215
Base de Cálculo	-	-	28.696	28.696
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
IRPJ/CSLL diferidos - passivo	7.174	2.583	7.174	2.583
Saldo de IRPJ/CSLL diferidos anterior	-	-	6.006	2.162
IRPJ/CSLL diferidos (passivo) do ano corrente (c)	-(1.168)	-(421)	119	43
Total do IRPJ/CSLL diferidos (b+c)	(1.168)	(421)	119	43

16. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos nas esferas administrativa e judicial que tratam sobre questões tributárias, cíveis e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações. Com base na opinião dos seus assessores jurídicos, internos e externos, para todos aqueles processos, nos quais a probabilidade de perda é avaliada como provável, é constituída provisão para perda. Esta provisão é considerada pela Administração como suficiente para cobrir as perdas prováveis.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o saldo era composto por:

Provisões:

	2025		2024	
	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
2024	Adição	Baixa	2025	2024
Cível (a)	737	606	-	1.343
Trabalhista (b)	881	85	(353)	613
Tributário (c)	1.891	90	-	1.981
Total	3.509	781	(353)	3.937

Depósitos Judiciais:

	2025		2024	
	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
2024	Adição	Baixa	2025	2024
Trabalhista (b)	317	88	(132)	273
Tributário (c)	1.652	-	-	1.652
Total	1.969	88	(132)	1.969

(a) Cível

Trata-se de passivo decorrente de ações indenizatórias de origens diversas ajuizadas contra a Companhia. Tendo em vista o atual estágio dos processos e avaliação dos assessores jurídicos, a Companhia efetuou as provisões necessárias.

(b) Trabalhista

Trata-se de passivo decorrente de reclamações trabalhistas. A provisão é constituída a partir da liquidação dos pedidos reclamados ou da sentença, quando for o caso. Tudo isso, levando-se em conta a análise individual dos processos e a opinião dos assessores jurídicos. Nos casos em que existem decisões desfavoráveis à Companhia, restou necessário efetuar depósitos judiciais para possibilitar a interposição de recursos.

(c) Tributário

Trata-se de passivo decorrente de execuções fiscais ajuizadas, em sua grande maioria, por municípios, objetivando cobrar imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, supostamente devidos pela Companhia. Em vários destes processos a Companhia discute a dedução da base de cálculo para fins de aplicação do referido tributo, tendo efetuado depósito judicial dos valores em discussão. Tendo em vista a situação atual do processo e análise dos assessores jurídicos, a Companhia efetuou as provisões necessárias.

A Companhia é parte em outros processos nos quais a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, não constitui provisão para contingências, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas como possíveis. Esses processos somam o montante de R\$ 953 (fiscal) e R\$ 1.269 (trabalhista) nas demonstrações conta individuais. E o montante de R\$ 953 (fiscal) e R\$ 1.294 (trabalhista) nas demonstrações consolidadas. Os passivos divulgados em 2025 sofreram atualizações e correções utilizando-se os índices judiciais aplicáveis.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 19 de dezembro de 2025 a Assembleia Geral Extraordinária de acionistas aprovou o aumento de capital por capitalização de reservas e de parcela do resultado do exercício de 2025 no montante de R\$95.912.248,71 (noventa e cinco milhões, novecentos e doze mil, duzentos e quarenta e oito reais e setenta e um centavos), passando o capital social de R\$ 40.242.727,27 (quarenta milhões, duzentos e quarenta e dois mil, setecentos e vinte e sete reais e sete centavos) para R\$ 136.154.975,98 (cento e trinta e seis milhões, cento e cinquenta e quatro mil, novecentos e setenta e cinco reais e novecentos e oitenta e sete centavos).

O capital social subscrito e integralizado no final de 2025 é de R\$ 136.154.975,98 (cento e trinta e seis milhões, cento e cinquenta e quatro mil, novecentos e setenta e cinco reais e novecentos e oitenta e sete centavos), dividido em 42.670.000 (quarenta e dois milhões, setecentos e setenta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Reserva legal e dividendos: Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) é destinado à constituição de reserva legal, até o máximo de 20% (vinte por cento) do Capital Social, e 25% (vinte e cinco por cento) em distribuição de dividendos, compensados os adiantamentos efetuados no exercício. Em 2025, a reserva legal foi constituída no montante de R\$ 1.097.247,92 (um milhão, novecentos e setenta e sete mil, duzentos e quarenta e sete reais e sete centavos).

Em 2023 a Companhia pagou R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões) de dividendos aos acionistas, e a destinação do saldo remanescente do resultado, será deliberado na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29 de abril de 2026.

18. RECEITA LÍQUIDA

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações dos resultados dos exercícios em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	2025		2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2025	2024	2025	2024	2025
Receita bruta dos serviços	106.668	202.285	137.593	232.571
Impostos incidentes sobre serviços e outras deduções	(7.260)	(12.607)	(11.057)	(16.431)
Receita líquida dos serviços	99.408	189.678	126.536	216.140

19. CUSTOS POR NATUREZA

A composição dos custos por natureza está representada conforme se segue:

	2025		2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2025	2024	2025	2024	2025
Gastos com pessoal	(43.574)	(46.290)	(52.243)	(54.295)
Materiais	(10.013)	(44.884)	(14.771)	(49.832)
Equipamentos	(7.761)	(19.412)	(7.913)	(19.428)
Contratação de Serviços	(8.506)	(13.762)	(9.780)	(14.097)
Depreciação	(477)	(757)	(6.083)	(5.110)
Amortização Direito de uso	(483)	(655)	(893)	(894)
Outros	(1.984)	(1.313)	(1.984)	(1.514)
Total	(72.798)	(127.073)	(93.667)	(145.370)

20. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

O saldo das despesas gerais e administrativas é composto por:

	2025		2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2025	2024	2025	2024	2025
Salários, encargos e participações	(23.366)	(27.226)	(26.202)	(30.062)
Serviços Prestados	(2.682)	(3.140)	(2.912)	(3.371)
Desmobilização de Obras	(4.958)	(5.200)	(4.958)	(5.200)
Hospedagem	(1.478)	(3.842)	(1.478)	(3.842)
Outras despesas Gerais e administrativas	(3.920)	(5.552)	(4.448)	(6.100)
Total	(36.404)	(44.960)	(39.988)	(48.575)

21. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

O saldo de outras receitas e despesas operacionais é composto por:

	2025		2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2025	2024	2025	2024	2025
Recitas	192	74	6.339	5.453
Venda de Imobilizado	16.129	24.587	16.243	24.609
Reverso de provisão	4.490	646	4.491	653
Outras Receitas operacionais	20.811	25.307	27.073	30.715

22. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

O resultado financeiro é composto por:

	2025		2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2025	2024	2025	2024	2025
Despesas	(780)	(987)	(785)	(1.098)
Provisão para contingências	(14)	(8)	(52)	(227)
Custo Imobilizado vendido	(4.958)	(5.200)	(4.958)	(5.200)
Provisão para Devedores Duvidosos	(1.993)	-	(1.993)	-
Perda Recebimento de crédito	(48)	(1.597)	(592)	(2.151)
Outras Despesas operacionais	(2.835)	(2.592)	(3.420)	(3.709)
Total	17.976	22.715	23.644	27.006

22. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

O resultado financeiro é composto por:

	2025		2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2025	2024	2025	2024	2025
Juros	9.355	9.547	10.130	10.005
Rendimentos de aplicações financeiras	5.608	-	5.608	-
Correção Selic	39	116	41	137
Outras receitas financeiras	-	7	9	8
Juros	(697)	(450)	(734)	(472)
PIS COFINS s/ receitas financeiras	14.305	9.220	15.054	9.678

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS

a) Taxas de juros: A Companhia, em razão da natureza das suas transações de caixa não está exposta a oscilações das taxas de juros de mercado para os saldos das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

b) Concentração de riscos de crédito: A Companhia monitora permanentemente o nível de suas contas a receber o que limita o risco de contas inadimplentes. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

c) Encargos financeiros e variação cambial: A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

d) Risco operacional: A Companhia desconsidera quaisquer eventos de iniciativa do governo que possam afetar a continuidade operacional.

e) Risco Operacional: A Companhia contratualmente é responsável na forma de garantir pelas obras executadas, devendo ressarcir o contratante em caso de eventualidades.

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota política de contratação de seguros fundamentada na avaliação da concentração e materialidade dos riscos a que está exposta, considerando a natureza de suas operações e as recomendações de seus assessores jurídicos. Além disso, a contratação de algumas modalidades de seguros é definida nos contratos firmados com os clientes da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, as principais coberturas de seguros contratadas pela Companhia são:

Seguros de Risco de Engenharia: Compreende a cobertura de riscos de construção, incluindo, entre outros, erro de projeto, despesas extraordinárias, incêndio, roubo e falhas de execução.

Seguros de Responsabilidade Civil Geral e Cruzada: Compreende a cobertura para garantir a responsabilidade civil por danos materiais e corporais causados a terceiros, decorrentes da execução dos contratos, incluindo, entre outros, cobertura básica de erro do projeto, responsabilidade por poluição sítio, responsabilidade civil do empregador, danos morais e responsabilidade civil em obras de engenharia.

Seguro Garantia de execução contratual: Garante o fiel cumprimento das obrigações financeiras assumidas em contratos pela Companhia, assegurando ao segurado (cliente) a devida indenização ou a execução do objeto contratual, em caso de inad